



Risco e retórica das imagens de sofrimento¹

PAULO VAZ

Doutor em Comunicação pela ECO-UFRJ

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ

JANINE CARDOSO

Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ

Professora e pesquisadora do ICICT/FIOCRUZ

Resumo: O artigo apresenta e conceitua algumas características das imagens contemporâneas de sofrimento associadas à política do risco. Para realçar a singularidade histórica, elas são comparadas com as imagens típicas da política de piedade. Enquanto estas produzem a distância entre felizes e infelizes, a política do risco estabelece a proximidade entre sofredores e vulneráveis. O argumento tem como suporte empírico a cobertura do Jornal Nacional da epidemia de dengue ocorrida em 2008 na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Imagem. Sofrimento. Retórica. Risco. Piedade.

Abstract: This article conceptualizes the rhetoric of contemporary images of suffering associated with the politics of risk. To underline their historical singularity, these images are compared with those associated with the politics of pity. This form of politics is based on the distance between the fortunate and the unfortunate. The politics of risk, on the contrary, establishes a proximity between the sufferer exposed in images and the spectators, invited to conceive themselves as vulnerable. This theoretical argument is empirically substantiated by the analysis of the Jornal Nacional coverage of the 2008 dengue fever epidemic in Rio de Janeiro.

Keywords: Image. Suffering. Rhetoric. Risk. Pity.

Résumé: L'objectif de ce texte est conceptualiser la rhétorique des images contemporaines de la souffrance associée à la politique du risque. Pour souligner leur singularité historique, ces images sont comparés avec ceux associés à la politique de la pitié. Cette forme de la politique est basée sur la distance entre heureux et malheureux. La politique du risque, au contraire, établit une proximité entre les malheureux exposés dans les images et les spectateurs, invités à concevoir eux-mêmes comme vulnérables. Cet argument théorique est empiriquement étayé par l'analyse de la couverture de l'épidémie de dengue à Rio de Janeiro en 2008 faite par le Journal Nacional.

Mots-clé: Image. Souffrance. Rhétorique. Risque. Pitié.

1 – Algumas imagens

Desde a modernidade, imagens de sofrimento expostas nos meios de comunicação são decisivas para suscitar ações políticas e dar a elas uma forma específica. Imagens da vida em bairros pobres ou favelas e movimentos de redução da desigualdade; imagens de crianças pobres trabalhando em fábricas e a luta contra o trabalho infantil; imagens de famílias destroçadas pelo alcoolismo dos pais e a luta pela proibição da venda de bebidas; imagens de vítimas civis e movimentos de oposição às guerras; imagens de animais sofrendo e a ascensão do movimento ecológico – há muitos exemplos, pois a ação política ganhava o contorno de urgência pela exibição do sofrimento.

A relação entre política e imagem é de dependência mútua. Não se trata apenas do nexos em que um tipo de imagem engendra uma forma específica de política; uma mudança na forma da política também pode afetar a retórica das imagens de sofrimento. Para perceber uma mudança na retórica, é preciso atentar para o modo como os sofrimentos devem aparecer nas imagens e para a seleção das emoções a serem provocadas nos espectadores.

Há evidências do surgimento de uma nova retórica para a exposição de sofrimentos no espaço público. Eis algumas imagens recentes, todas publicadas na revista VEJA nos últimos cinco anos. Em 2008, as vítimas das chuvas no estado de Santa Catarina foram representadas na capa pela foto, provavelmente tirada por parentes ou amigos, de uma garota de cerca de quatro anos, loira, vestindo um casaco cor de rosa e sorrindo delicadamente para a câmera – para cada um de nós.

Em 2009, na reportagem sobre o acidente do avião da Air-France que fazia a rota entre Rio e Paris, além de também trazer imagens privadas de vítimas sorrindo, construía pequenas histórias sobre a felicidade até então dos passageiros e como a viagem estava na continuidade ou era o coroamento de suas vidas felizes: lua de mel, possibilidade de estudar, de trabalhar, de passear, etc.

Já a edição que tratava dos adolescentes mortos em 2011 no colégio de Realengo, no Rio de Janeiro, publicou uma reportagem intitulada “Vidas interrompidas”, que também continha fotos das vítimas sorrindo e narrativas curtas sobre suas vidas felizes e seus sonhos. De fato, a legenda das fotos tornava real o sonho, apresentando as vítimas já como médicos, jogadores, modelos e atrizes.

Se nos recordamos das imagens de sofrimento que marcaram as décadas de 70 e 80 do século XX, como as que frisavam o ventre inchado de crianças esqueléticas na África ou a foto da garota nua chorando desesperada e correndo para fugir de um bombardeio de Napalm, é sensível haver diferenças a serem conceituadas.

Para não restringir a validade do argumento a uma empresa de mídia e a um tipo de veículo, o artigo pretende mostrar que essa nova gramática de exposição do sofrimento ordenava a cobertura da epidemia de dengue no Rio de Janeiro em 2008 feita pelo Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão, durante os dias 15 e 31 de março². O delineamento da singularidade histórica será feito através da comparação com a cobertura de surtos epidêmicos na década de 80 do século passado.

2. Enquanto fazíamos a revisão final do artigo, aconteceu o incêndio na boate de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Quem tiver folheado jornal ou revista, acessado site de notícias ou assistido a telejornal na semana imediatamente após o acidente terá percebido qual foi o modo privilegiado de suscitar nossa compaixão pelas vítimas e indignação com os necessários responsáveis: a exibição de fotos privadas das vítimas em seu cotidiano feliz.

2 – Narrativas do sofrimento e formas da política

A forma moderna maior de se conceber os sofrimentos humanos como evitáveis implicava a postulação de uma causa estrutural, o “sistema” ou o “modo de produção capitalista”. De início, essa causalidade esteve articulada prioritariamente à miséria dos trabalhadores e aos sofrimentos que dela decorrem diretamente, como a saúde precária ou a educação insuficiente. O dinamismo desse modo de pensar dependeu do trabalho sobre a separação entre sofrimentos presumidamente vinculados à condição humana e aqueles que existiriam devido à forma de ordenação da sociedade, ampliando sempre estes por reduzir aqueles ao afirmar que o que se pensava natural era, em verdade, histórico (BOLTANSKI, 1999: 57-76). Ao longo do século XIX e até meados do século XX, a causalidade estrutural pôde explicar uma vasta gama de sofrimentos, como a miséria sexual de indivíduos (a exploração capitalista requeria a repressão sexual) ou a hierarquia entre gêneros.

Essa multiplicidade de sofrimentos se tornava política pela suposição de que o Estado, através de seus governantes e funcionários, atuava para manter uma dada estrutura social e o conjunto de crenças e práticas a ela associado. A conquista do Estado e a transformação, paulatina ou súbita, da sociedade seriam o modo de erradicar ou reduzir essas mazelas no futuro.

Hoje, a causalidade do Estado sobre a emergência de eventos que interrompem abruptamente a rotina dos indivíduos, como catástrofes, epidemias, acidentes e crimes, tem a forma

da negligência de governantes e funcionários. Alguns exemplos recentes: leis brandas e corrupção policial para crimes e acidentes de carro; populismo dos políticos e a corrupção de funcionários permitindo a construção de casas em áreas de risco; incompetência na manutenção de aeroportos e nas ações para evitar epidemias.

Basta atentarmos para a divisão costumeira entre ciências naturais, ciências biomédicas, engenharias e ciências humanas para que a semelhança do esquema causal se torne problemática. Afinal, estamos diante de objetos com comportamento muito diferentes: sistemas materiais, seres vivos, objetos técnicos e seres humanos.

O que há de comum, efetivamente, nesses acontecimentos? Imediatamente, o fato de causarem sofrimento. Mas não de qualquer tipo, pois o próprio dessas catástrofes é serem apresentadas como uma interrupção súbita e aparentemente aleatória da rotina de indivíduos felizes. A ênfase é no direito de cada indivíduo a uma rotina segura e prazerosa, ameaçado pela incompetência e descaso dos que ocupam cargos públicos. Mais do que cidadãos preocupados com o que seria uma sociedade justa e livre, somos convidados a nos considerar como seres cuja vida biológica deveria ser assegurada pelo Estado. Desconfiados, indignados, vulneráveis e vigilantes, parecemos cada vez mais propensos a olhar temerosamente o futuro e a aceitar acusações construídas retrospectivamente.

O tipo de desejo que já nos fez acreditar no paraíso, seja em outra vida, seja no futuro, continua a operar, só que agora na forma de uma presentificação do ideal (GAUCHET, 2010). A propriamente dizer, o ideal não tem o mesmo conteúdo se ele é tido existir ou em outro mundo, ou no futuro, ou se já deveria existir aqui e agora. Num sentido abstrato, o que se deseja existir é o mesmo: algo que nunca foi dado na experiência humana. Sob outro ponto de vista, são formas diferentes de religiosidade: num caso, a vida após a morte e a eternidade bem-aventurada; em outro, a ausência de conflitos entre grupos e nações e a igualdade entre os seres humanos que ainda existirá nesse mundo; no último caso, uma rotina absolutamente segura, que mesmo nunca existindo, deveria a cada momento ter existido (KOSELLECK, 2006: 315).

É afetiva e politicamente decisiva, porém, a forma temporal de articulação entre o presente e o ideal. O paraíso e o comunismo estão distantes no tempo; a fricção entre o que é e o que deveria ser realimenta, no presente, o desejo pelo ideal, ao mesmo tempo em que conduz o pensamento a se focar nos meios de conquistá-lo,

isto é, que o ideal não exista agora só reaviva a esperança de que ele existirá na vida após a morte ou no futuro. A presentificação do ideal, por sua vez, coloca o foco no passado, pois a fricção entre o que se deseja que exista e o que efetivamente acontece deve ser explicada. A conjunção incessante entre a interrupção súbita e a idealização da rotina obriga a procurar no passado as ações que deveriam ter sido feitas para que o sofrimento presente não existisse. Para sustentar o ideal, as ações, por princípio, poderiam ter sido feitas; o raciocínio retrospectivo se detém, então, no que explica por que elas não foram feitas – e sabemos qual é a resposta reiteradamente proposta: a incompetência e a imoralidade de políticos e funcionários. A distância entre ideal e atual, ao invés de avivar a esperança, suscita agora a indignação.

Também na causalidade por negligência há uma ideologia, a transparência. Se a rotina segura e prazerosa, de direito, deveria existir, sua distância com o que acontece é explicada pelas falhas de governantes e funcionários. Desse modo, quanto mais as ações do Estado forem transparentes, menor será a probabilidade de haver sofrimento. Essa crença recente no poder da transparência expressa um reposicionamento dos cidadãos frente à política: assumir o papel de vigilância permanente e controle minucioso de políticos e funcionários marca a distância com um momento histórico anterior onde os cidadãos estavam implicados na conquista e exercício do poder para a construção de outro mundo comum. A transparência pode tornar-se a virtude moral exigida dos governantes num tipo de democracia onde a “reserva de desconfiança” é cotidianamente exacerbada e a política pouco se distingue da gestão (ROSANVALLON, 2006: 261-268).

A diferença histórica na causalidade também está relacionada ao modo com que os meios de comunicação tendem a expor o sofrimento de estranhos e a interpelar sua audiência. Na causalidade estrutural, a audiência é endereçada como os felizes responsáveis pelo sofrimento dos infelizes, seja por responsabilidade passiva, quando poderiam ajudar e não o fazem, seja por responsabilidade ativa, através, por exemplo, da teoria da exploração, onde a felicidade de poucos é conseguida à custa da infelicidade de muitos. O sistema é a causa, mas os felizes são beneficiados pelo sistema e podem transformá-lo através da política. Os infelizes, por sua vez, tendem a ser mostrados como anônimos, até porque se trata de suscitar a compaixão ao

mostrar o que caracteriza uma condição: cada sofredor é apenas um exemplo dos miseráveis, dos trabalhadores, dos oprimidos (BOLTANSKI, 1999: 3-19; ARENDT, 1965: 59-114).

Na causalidade onde o sofrimento se deve a decisões falhas dos políticos, a tendência é individualizar os sofredores e realçar em sua biografia o quanto eram e mereciam ser e continuar a ser felizes. O assassinato da iraniana Neda Agha-Soltan, baleada em junho de 2009 durante uma manifestação contra o resultado das eleições em seu país, foi uma das mortes mais vistas na história: um manifestante filmou com celular os momentos finais de sua vida. No necrológio feito pelo Los Angeles Times, publicado em 23 de junho de 2009, lemos que dois meses antes ela tinha ido passar férias numa praia na Turquia e que gostava de cantar. A presença desses detalhes insignificantes para a concepção tradicional de notícia tem a função de favorecer a identificação da audiência; no caso, além de colocar o ideal da rotina feliz do indivíduo qualquer como mecanismo de aproximação, ainda há a sugestão de que uma islâmica também pode ser ocidental e gostar de praia e de Karaokê. Como seria de se esperar, a foto vinculada ao necrológio mostra a vítima sorridente numa foto privada.

Outra diferença significativa na forma de expor o sofrimento pode ser sintetizada como a passagem do Crucificado à Pietá (FASSIN, 2010: 40). As marcas visíveis do sofrimento no corpo estabelecem imediatamente a distância com a audiência; as imagens e os testemunhos de parentes e próximos mostrando e narrando a imensidão da perda, ao contrário, favorecem a identificação com o sofredor numa sociedade que tanto preza as relações privadas.

Pode parecer misteriosa a relação de dependência entre técnica de exposição e concepção da causa do sofrimento. Essa dependência se esclarece quando se nota que ambas estão subsumidas a uma concepção do justo: as condições da vida em comum, com ênfase na igualdade e na liberdade, ou a rotina segura e prazerosa. O ideal de justiça afeta o que despertará a sensibilidade compassiva, condicionando tanto o tipo de sofrimento que será selecionado, quanto a forma de narrar.

3 – As doenças da pobreza

O primeiro desafio para realizar a comparação com a epidemia da dengue de 2008 é a escolha do momento histórico adequado para o contraste: embora a maior distância temporal

realce as diferenças, recuar no tempo aumenta exponencialmente as dificuldades de arquivo. A escolha recaiu sob a década de 80 do século passado. De um lado, ainda era comum reconhecer que havia uma dívida social a ser resgatada. De outro, houve a primeira grande epidemia de dengue em 1986, provocada pelo retorno de seu principal vetor, o *Aedes aegypti*.

Há, porém, uma diferença significativa entre as coberturas midiáticas das epidemias. Não houve mortes em 1986, até porque as formas graves da dengue tendem a ser mais prováveis quando o doente é infectado uma segunda vez por outro tipo de vírus ou em grupos jovens, sem imunidade a um sorotipo já manifesto. A ausência de mortes não reduz só a dramaticidade da cobertura; também diminui seu peso como questão política. Para contornar essa dificuldade, adicionamos à comparação outra notícia do JN, do dia 23/05/1984, com 1'46", sobre a endemia de gastroenterite que causava anualmente mais de 23.000 mortes de crianças em Pernambuco. A comparação, portanto, mantém constante o tipo de evento (doenças transmissíveis em uma coletividade), o momento histórico e o tipo de vítima.

A causalidade estrutural aparece com clareza na endemia. Após entrevista com uma moradora, a repórter, com uma favela de Recife ao fundo, diz: “convivendo o dia inteiro com a fome e a lama, as crianças enfrentam nessa época de inverno o seu maior inimigo, a enterite”. Bactéria ou vírus, portanto, tornam-se a condição a partir da qual a causa – a pobreza sob as formas da desnutrição, da ausência de saneamento básico e da precária rede de assistência médica – produz seus efeitos, a morte de crianças.

Nas reportagens sobre a dengue de 1986, referências à pobreza ainda estão presentes. Numa reportagem no dia 24/05 do RJ-TV, um repórter acompanha a visita de normalistas a uma favela para ensinar a evitar focos; a matéria termina com uma estudante afirmando que a secretaria municipal de saúde receberia suas anotações sobre uma vala de esgoto, possível “fonte de mosquitos e doenças aqui da região”. Outro exemplo é a fala do presidente da Associação de Médicos Sanitaristas/SP, afirmando que as medidas contra a dengue não podem ser pontuais, pois o surto deve ser considerado um simples sintoma da baixa qualidade das políticas e serviços públicos de saúde.

Por essa forma de causalidade, os políticos, se questionados, o são se nada fazem para modificar a condição estrutural que

causa o sofrimento. A reportagem sobre gastroenterite infantil, aberta com os elevados índices de mortalidade, desnutrição e falta de saneamento em Recife, termina com a repórter insistentemente perguntando ao ministro da saúde se era normal que mais de 23.000 crianças morressem todo ano e se o ministério nada podia fazer.

Para quem costuma acompanhar notícias hoje, o contraste mais evidente na forma de expor o sofrimento é o anonimato. Na década de 80, os repórteres entram na casa das vítimas e as interrogam, sem que sejam mencionados seus nomes ou detalhes biográficos. Numa delas, em Nova Iguaçu, a repórter avisa que “agora vamos ver aqui ‘o doente’ de dengue”. O anonimato também é a regra para as crianças mostradas na favela de Recife.

Há outra característica decisiva para o endereçamento da audiência como os felizes, que é o privilégio do corpo sofredor. Na reportagem sobre a enterite, crianças descalças e quase desnudas compõem o quadro enquanto a repórter denunciava a desnutrição e a falta de saneamento na favela. Anteriormente, a repórter entrevistara uma mãe que segurava a filha, vítima da doença; a câmera se detém no corpo esquelético e na face amarelada da criança. A mãe ainda afirma, contradizendo a imagem, que sua filha não estava tão mal e “que tem dia que ela tá obrando direitinho”. A distância entre felizes e infelizes, aparente no corpo da criança, é composta pela dimensão de alienação: o sofredor sequer reconhece que sofre.

4 – De criminosos e vítimas

A presentificação do ideal resulta da aplicação contrafactual da lógica do risco. O conceito de perigo indica um evento futuro que pode ou não acontecer; o conceito de risco, por sua vez, delimita imediatamente o poder da ação humana ao supor a dupla contingência do evento negativo (LUHMAN, 1993: 16). Além de ser meramente possível como um perigo, seu advento depende, ao menos em parte, de uma decisão tomada no presente, que pode ou não ser feita. Risco não é apenas oposto ao acaso, por implicar um cálculo probabilístico do futuro; é também oposto ao fatalismo: o evento previsível pode ser evitado pelas ações humanas. Se essa lógica é aplicada a um evento que já ocorreu, ela obriga a procurar um momento do passado onde teria havido a capacidade de prevê-lo e de ter sido feita alguma coisa para evitá-lo. A cobertura jornalística da dengue em 2008 foi orientada cotidianamente por

essa lógica. A indagação contrafactual que estruturou as narrativas foi ponto de partida e de chegada de cada edição: mortes e sofrimentos poderiam ter sido evitados se as medidas de prevenção e controle tivessem sido acionadas a tempo.

Em 24 de março, o JN abriu com um editorial onde aparece de forma cristalina a lógica do risco. Os âncoras se alternaram para afirmar que o sofrimento era previsível e evitável, ao mesmo tempo em que convidaram os telespectadores a se conceberem como vítimas virtuais:

Fátima Bernardes: Quando nós apresentamos a primeira reportagem da série [sobre dengue], em 08 de outubro do ano passado, todos, aqui, no Jornal Nacional, estávamos convencidos da responsabilidade de cada um no combate a essa doença. As autoridades públicas municipais, estaduais e federais, os profissionais da saúde, os profissionais de comunicação e cada cidadão brasileiro. Nas reportagens da série, nós relembramos os procedimentos básicos para eliminar criadouros de mosquitos; mostramos como o *Aedes aegypti* se reproduz – e como todos precisam ajudar a combater a dengue, uma doença que pode matar.

WILLIAM BONNER: A dengue não era novidade para ninguém. Pelo menos não deveria ser. Mas, apesar de tudo isso, neste ano de 2008, milhões de brasileiros estão assustados porque milhares ficaram doentes e morreram dezenas. E, desta vez, no Rio de Janeiro.

Como explicar, naquele momento, 48 mortes e mais de 30 mil casos de dengue, principalmente entre crianças, se o risco de epidemia foi avisado pelo JN com tamanha antecedência e se as formas de controle eram amplamente conhecidas e fáceis de implementar? A justaposição entre o ideal possível e o real vivido foi interdita pela negligência das autoridades.

Na semana anterior, com as mortes se avolumando e as filas crescentes nas emergências, a tônica das reportagens era a recusa das autoridades municipais em reconhecer que havia uma epidemia. Após o editorial do dia 24, uma segunda-feira, o fio condutor torna-se a suposição de que a epidemia era previsível e contingente – suposição que prescindiu do saber dos especialistas. Pela cobertura, quem aparenta deter o saber sobre a contingência são os sofrendores e aqueles que se atribuem a função de defendê-los diante das autoridades – todos aqueles que, por diferentes razões, desejavam afirmar que o sofrimento era evitável. No dia 25, um âncora comenta: “Quando se olha para trás essa situação toda se

torna ainda mais espantosa, porque já no ano passado a dengue foi um dos problemas de saúde pública mais graves do país”. Que o previsto aconteça só espanta se é suposto que o evento poderia e deveria ter sido evitado. No dia 28, soubemos que o Ministério Público possui uma capacidade ímpar de previsão, pois em 2006 seus representantes “informaram à justiça que a situação poderia se agravar para uma epidemia”. E na edição do dia 26, o desejo de um marido de que sua esposa não tivesse morrido é transformado pelo JN em um discurso de autoridade sobre a possibilidade de controlar a epidemia: “o que eles querem fazer agora, deveriam ter feito de 2002 para cá. Dengue, no Rio de Janeiro? Não era para existir. Era para ser erradicada há muito tempo”.

Se era evitável, quem são os responsáveis? Por certo, uma parte da população: diversas reportagens mostraram indivíduos assustados e indignados com o descaso de seus vizinhos que acumulavam lixo ou não cuidavam de suas piscinas. Parcela significativa; no dia 24, a repórter afirma que “os agentes encarregados de fazer a inspeção sanitária não conseguiram entrar em 40% das casas da cidade”.

A responsabilidade maior, todavia, foi atribuída às autoridades; afinal, em princípio, poderiam ter impedido que vizinhos negligentes colocassem os bons em risco. As críticas podem ser separadas em dois gêneros: o que as autoridades não fizeram quando a epidemia já estava instalada e o que poderiam ter feito antes para evitá-la.

Para a responsabilização, importa, sobretudo, o que deveria ter sido feito antes. A edição do dia 24 é reveladora pelo fato de portar a decisão de sentido sobre a previsibilidade e contingência e por ter dedicado cerca de 10’ à epidemia. O primeiro segmento contém o editorial, críticas à demora na resposta e as justificativas das autoridades, apresentadas simultaneamente como troca de acusações, reforçando a crença de que, aos políticos, só interessa fugir de suas responsabilidades. No segmento seguinte, uma reportagem mostra durante dois minutos que o ministro da saúde e os secretários estadual e municipal já alertavam em Outubro para o risco de epidemia. Se sabiam do risco e se bastavam procedimentos básicos para evitá-la, como assegurara o editorial, as autoridades foram relapsas. O que a repórter confirma quando anuncia a transição para a responsabilidade de parte da população: “mas não foi só a demora das autoridades no combate ao mosquito que fez a dengue avançar tanto no Rio de Janeiro”.

A partir do dia 26, o alvo foi a aplicação de recursos. Ficamos sabendo que a prefeitura não teria gasto todos os recursos disponíveis e que o governo estadual teria reduzido em 50% o orçamento para combater a dengue. Enquanto o repórter denunciava, mostravam-se as filas e a face triste e assustada de crianças em hospitais. A voz aponta o criminoso e a imagem mostra a vítima – técnica de edição frequentemente utilizada nas 14 edições analisadas.

Em nenhum momento, as diversas denúncias de negligência na aplicação dos recursos discutiram em que outras atividades a verba teria sido aplicada ou qual seria o montante necessário para evitar a situação. Um problema de gerência e não de escolha. Em outras palavras, a audiência é convidada a avaliar as decisões dos governantes segundo suas qualidades pessoais, ao invés de pensar que suas ações expressam uma decisão coletiva, feita pelos membros da audiência, quando ocorreu a eleição. Desse modo, mais do que tentar a mudança pelo voto, cabe a via judicial para punir culpados ou obter reparação.

Esse privilégio da responsabilização judicial aparecera desde o dia 19, quando o JN noticiou que o sindicato dos médicos entrara com uma denúncia-crime na justiça contra as autoridades das três instâncias executivas por negligência no atendimento aos doentes; a reportagem termina com a imagem da face assustada de uma criança internada, com fios e tubos espalhados pelo corpo, acompanhando a voz do presidente do sindicato quando afirma que “essa situação não pode ficar impune”.

Em relação à técnica de expor o sofrimento, há primeiro as imagens e depoimentos dos que estão doentes; como disse um repórter no dia 24, “são cenas de choro, dor e revolta”. No dia 20, um paciente em cadeiras de roda esperando atendimento se indigna e afirma: “um descaso total, essa é a realidade, é um descaso total”. No dia 21, aparece um pai com a filha no colo, desmaiada segundo a reportagem – embora só tivesse passado mal no RJ-TV –, dizendo: “é uma covardia, né, ver tanta criança desse jeito”.

Os que estão meramente doentes podem ou não ser anônimos e serem vistos sofrendo, com suas faces marcadas pelo medo ou indignação; as vítimas fatais, porém, aparecem segundo outra estratégia narrativa.

Uma reportagem especialmente feita para a edição do dia 25 condensa os elementos dessa retórica. Em primeiro lugar, o esforço para identificar todas as vítimas. Com as estatísticas registrando

àquela altura 27 óbitos infantis, o JN nomeou 25 vítimas. Quatro delas mereceram um relato específico, com cerca de um minuto cada. As fotos privadas das vítimas sorrindo acompanhava a narrativa dos pais articulando a felicidade com o valor moral de seus filhos, ou melhor, a felicidade seria uma de suas virtudes: um garoto de 8 anos era “um menino alegre e de bem com a vida”; uma adolescente gostava de novelas e do seu bicho de estimação; um bebê com menos de 2 anos era “uma criança brincalhona por natureza, esperta, levada”; um outro garoto de 7 anos era “o super-homem”. Com a exceção do bebê, as crianças aparecem em fotos com uniforme de colégio. A rotina segura e prazerosa é a condição para os planos de futuro: um dos garotos queria ser bombeiro ou médico, a garota já economizava para sua festa de 15 anos e o outro garoto sonhava com o começo das aulas.

O sentido da perda é dado, primeiro, pelo sofrimento dos pais. A mãe do bebê, chorando, afirma que “ninguém está preparado”; o pai da adolescente sente ter perdido “uma parte do seu coração”; o pai de um dos garotos mostra, triste, a mochila com os cadernos e os lápis que seu filho escolhera cuidadosamente e que nunca chegou a usar. Ao final de cada história, a repórter enuncia: “a dengue matou X, aos Y anos de idade”, ao invés de dizer, como é usual, “X morreu de dengue” – ou de câncer ou de pneumonia. Talvez para sugerir que houve crime e afirmar que as mortes eram evitáveis, concluindo o trabalho de sentido iniciado com o espanto do âncora de que o previsto tivesse ocorrido.

Esses relatos exemplificam a passagem do Crucificado à Pietá. Para a comparação histórica com a técnica anterior de expor o sofrimento de estranhos, outro elemento é importante: todas as vítimas que apareceram no JN eram pobres, como mostravam as imagens e falas identificando o lugar de moradia: Bangu, Cidade de Deus, São João de Meriti, zona rural de Campos, Itaboraí, Duque de Caxias, Realengo, ou ainda a indicação que a vítima “morava nessa comunidade pobre”. A pobreza, contudo, não era a característica que favorecia a identificação, na forma de a audiência pensar como seria estar naquela condição. Como qualquer um, as vítimas já seriam felizes em suas vidas privadas; o que suscita a compaixão é a perda dessa felicidade. Assim, a pobreza pode ser mostrada e mesmo nomeada, mas, na comparação histórica, é duplamente elidida: não é obstáculo à felicidade e nem é articulada causalmente à emergência da doença.

E a dengue poderia ser articulada causalmente à desigualdade. Abstratamente, porque esse enquadramento ainda está disponível em nossa cultura e porque os desvios do passado em relação a algum ideal são inumeráveis e, portanto, podem ser relacionados ao presente de sofrimento: não só estava lá a incompetência das autoridades; também estava lá a desigualdade e, portanto, se o ideal de sociedade justa fosse outro, ela poderia ter sido selecionada como a causa passada a explicar os sofrimentos presentes.

Concretamente, não teria sido uma tarefa cognitiva hercúlea explorar algumas coincidências. A maior parte das mortes ocorreu após o atendimento em hospitais e emergências públicas; talvez fosse o caso de discutir o número de médicos no serviço público e sua remuneração ou a qualidade da atenção básica. O JN fez a retrospectiva de diversas epidemias, inclusive a de 2006 na cidade do Rio de Janeiro; ao invés de só afirmar o escandaloso da reaparição em 2008, poderia ter notado a repetição dos bairros, com menor nível de renda e infraestrutura básica, onde houve mais doentes e mortes. E talvez a ausência de encanamento permita que não se descreva como escolha ou descuido o fato de se armazenar água em recipientes. No dia 29, ao narrar mais uma morte, uma repórter no RJ-TV mostra uma nuvem de mosquitos e indica a ausência “de saneamento básico e calçamento de ruas”. Essa é a única vez em todo o corpus de 2008 que houve a indicação de causalidade estrutural; sintomaticamente, no JN do mesmo dia, a cena ganha novo *off*: “na frente da casa de uma delas, os inimigos são muitos e se reproduzem sem parar, um viveiro de mortes”.

5 – A audiência: de felizes a vulneráveis

Dois tipos de imagem foram caracterizados como próprios de uma política do risco: a foto privada de indivíduos felizes que tiveram suas vidas interrompidas brusca e casualmente e as imagens mostrando o sofrimento dos parentes e amigos que sobreviveram. Há ainda um terceiro tipo, aquele implicitamente requerido pela frase do âncora do telejornal ao querer suscitar o contágio do medo a partir da exposição das vítimas da dengue: “milhões estão assustados porque milhares ficaram doentes e morreram dezenas”. Trata-se de imagens que colocam os espectadores diretamente na cena, que os convidam a pensar que o que aconteceu poderia ter acontecido com qualquer um. A legenda ou narrativa que acompanha essas imagens tendem a reiterar, de diferentes modos, que “poderia ter sido com você”.

Eis uma imagem, dentre muitas: a foto que ganhou o prêmio Esso de fotojornalismo em 1999, intitulada “Domingo de pavor”. A imagem mostra o desespero de moradores que passeavam na praia de Ipanema ao escutarem os tiros de uma operação policial; em primeiro plano, há um carrinho de bebê abandonado e um adulto deitado protegendo uma criança com seu corpo. De um lado, os espectadores são convidados, por assim dizer, a entrar na imagem, a imaginar o que experimentaríamos se fossemos um dos transeuntes, se estivéssemos ali naquele exato momento; de outro lado, através de uma série de analogias, são convidados a assemelhar o seu cotidiano àquele mostrado na imagem e, assim, a incluir em suas atividades corriqueiras a possibilidade de vitimização, mesmo que não morem no Rio de Janeiro ou em cidades que tenham praia³.

Enquanto a política da piedade privilegiava imagens que estabeleciam imediatamente uma distância entre a audiência e os sofrendores, entre felizes e infelizes, a política do risco privilegia imagens que estabelecem a proximidade, que criam a distância estreita e facilmente transposta entre os sofrendores e os vulneráveis, entre as vítimas e aqueles que também poderiam sofrer. Essas imagens são mais um mecanismo de produção da vítima virtual. A partir do noticiado, os indivíduos se compadecem das vítimas, se atemorizam por se conceberem como vulneráveis e se indignam com aqueles que, presumidamente, poderiam ter evitado o sofrimento, mas que nada fizeram por incompetência e/ou imoralidade. A presunção de responsabilidade é necessária, devido à forma de funcionamento do ideal de rotina segura. Assim, o medo e a indignação moral são os companheiros constantes dessas imagens.

3. Em vários textos comentando a tragédia de Santa Maria, um argumento usado para atestar a efetividade da compaixão do comentarista era também ser pai ou mãe de adolescentes que frequentam boates. Para perceber a singularidade histórica da “legitimidade pela experiência comum”, basta observar que ela exclui o padre, um especialista anterior no sofrimento humano.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *On revolution*. Londres: Penguin Books, 1965.
- BOLTANSKI, Luc. *Distant suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- FASSIN, Didier. *La raison humanitaire*. Paris: Seuil/Gallimard, 2010.
- GAUCHET, Marcel. *A democracia contra ela mesma*. São Paulo: Radical Livros, 2010.
- KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LUHMAN, Niklas. *Risk: a sociological theory*. New York: Aldine de Gruyter, 1993.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le contre-démocratie: la politique à l'âge de la défiance*. Paris: Seuil, 2006.

Data do recebimento:
15 de novembro de 2012

Data da aceitação:
18 de janeiro de 2013